

A criança de seis anos no Ensino Fundamental de nove anos: risco de perder a infância?

Angela Maria de Brito¹
Maria Cecília Amendola da Motta²

Resumo

O texto aborda questões relativas ao conceito de infância e sua historicidade. A finalidade é trazer informações e reflexões acerca do sentimento de infância do ponto de vista da escola e dos estudiosos da temática. Aborda também a criança no Ensino Fundamental de nove anos e de como é possível a escolarização sem perder a essência e o sentimento do tempo de infância.

Palavras-chave: Educação. Ensino Fundamental de nove anos. Infância. Criança pequena na escola. Relacionamento entre crianças na escola.

Abstract

The text approaches issues relative to the infant concept and its historicity. The purpose is to bring information and reflections about the infant sentiment by the point of view of the school and the studios. Also approaches the nine- years- old child in the Fundamental Education and how it is possible the experience without losing the essence and the sentiment childhood.

Keywords: Education. Elementary school for nine years. Childhood. Young children in school. Relationships between children in school.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é iniciar uma discussão acerca da criança de seis anos matriculada no Ensino Fundamental de nove anos. Pretende-se com o texto apontar reflexões e contribuições para os educadores que atuam com criança dessa faixa etária, principalmente o professor. Para que esse diálogo se estabeleça é importante pontuar os fundamentos que embasam esse estudo/reflexão. Para construção desse diálogo educacional, busca-se como fundamentação, além do *lócus* em que se inserem as autoras, as contribuições de ARIÈS em sua obra "História social da criança e da família" (2006); Kuhlmann (2007) em sua obra que se encontra atualmente na 4ª edição intitulada "Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica"; nas obras de Kramer, que, dentre elas destacamos "A política do pré-escolar no Brasil – a arte do disfarce" (1995) e "As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é Fundamental" (2006); Saviani em seu clássico "Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política" (1995) e "Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações" (1992); Vygotsky, em uma de suas mais relevantes produções "A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores" (2007), além de outros autores que tratam da temática em questão e também documentos oficiais tais como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2008) e as Políticas emanadas do Ministério

¹ Professora formada em Pedagogia. Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente (2010) exerce a função de Superintendente de Gestão de Políticas Educacionais da Rede Municipal de Ensino e Coordenadora da Pós-graduação do Instituto de Ensino Superior da FUNLEC- IESF.

² Mestre em Educação, graduada em Ciências Biológicas e Pedagogia. Atualmente Secretária Municipal de Educação de Campo Grande e Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso do Sul – UNDIME.

da Educação (BRASIL, 1998, 1999, 2004, 2006, 2007) e de outros Estados. Desse modo, a teoria é necessária para que os leitores compreendam a concepção de educação, infância e de criança que norteia e que fundamenta esse estudo.

O CONCEITO DE INFÂNCIA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Acredita-se que para uma implementação qualitativa do Ensino Fundamental de nove anos é importante compreender que o conceito de infância sofreu transformações historicamente, o que se evidencia tanto na literatura pedagógica, quanto na legislação e nos debates educacionais, em especial a partir da década de 1980, no Brasil. Os debates políticos em torno da constituição de 1988 e os estudos de diversas áreas do conhecimento contribuíram para o questionamento da concepção de naturalização das desigualdades sociais e educacionais, até então predominante, para o reconhecimento de que as condições de desigualdade das crianças eram determinadas por fatores econômicos, culturais e sociais. Assim, à medida que a sociedade organizada exerceu pressões sobre o Estado, este passa a incorporar, nos textos legais, o entendimento da criança como sujeito de direitos. Exemplos destes textos legais são a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, nos anos 1990, a LDB nº 9394/96, além de textos curriculares que tratam da especificidade da infância (KRAMER, 2006). Se no contexto político, as diferentes concepções sobre a infância influenciaram ou justificaram as políticas educacionais com limites e possibilidades, no contexto pedagógico, a discussão e definição de uma concepção de infância é primordial na condução do trabalho. Esta concepção orientará os conceitos sobre ensino, aprendizagem e desenvolvimento, seleção dos conteúdos, metodologia, avaliação, organização de espaços e tempos com atividades desafiadoras, enfim, o planejamento do trabalho organizado não apenas pelo professor mas por todos os profissionais da instituição.

Entre os estudos sobre uma concepção de infância como fase distinta da vida adulta, ganha destaque o historiador francês Ariès. Em seus estudos, Ariès analisa diferentes significados atribuídos à infância, em especial nos séculos XVII e XVIII. Segundo este autor, até o fim da Idade Média não existia um sentimento de infância como etapa específica da vida humana, portanto, com características e necessidades próprias. Ariès afirma que é no fim da Idade Média que se inicia um processo de mudança, pois a infância passa a ser encarada como sinônimo de fragilidade e ingenuidade, sendo alvo de atenção dos adultos. Já no século XVIII, a concepção sobre a infância passa pelo disciplinamento e pela moral, exercidas especialmente por um processo educacional impulsionado pela Igreja e pelo Estado. Esta concepção marca a educação das crianças, particularmente no período do capitalismo industrial, no século XIX. Embora com ressalvas, sua pesquisa é considerada relevante pelo fato de que contribuiu para a compreensão da infância como um conceito construído historicamente.

Afirmar que a infância é um conceito construído historicamente significa compreender que esta é uma condição da criança, é uma fase da vida distinta da fase adulta (KUHLMANN, 2007). Significa reconhecer que esta condição da criança, a infância, é resultado de determinações sociais mais amplas do âmbito político, econômico, social, histórico e cultural. Significa ainda considerar, no contexto da práxis pedagógica, que a criança emite opiniões e desejos de acordo com as experiências forjadas nos diferentes grupos sociais e de classe social a qual pertence. Portanto, é importante perceber que "as crianças concretas, na sua materialidade, no seu nascer, no seu

viver ou morrer, expressam a inevitabilidade da história e nela se fazem presentes, nos seus mais diferentes momentos” (KUHLMANN, 2007, p. 32).

Para Kramer (1995) o conceito de infância se diferencia conforme a posição da criança e de sua família na estrutura socioeconômica em que se inserem. Portanto, não há uma concepção infantil homogênea, uma vez que as crianças e suas famílias estão submetidas a processos desiguais de socialização e de condições objetivas de vida.

Nesse sentido, cabe à escola, reconhecer esses sujeitos como capazes de aprender os diferentes conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados como conteúdos pela escola, respeitando a singularidade da infância.

Algumas singularidades que marcam esta fase da vida explicitam as formas que as crianças desenvolvem, na interação social, para aprender e relacionar-se com o mundo: a grande capacidade de aprender; a dependência em relação ao adulto, o que exige proteção e cuidados; o desenvolvimento da autonomia e auto cuidados; o intenso desenvolvimento físico-motor; a ação simbólica sobre o mundo e o desenvolvimento de múltiplas linguagens; o brincar como forma privilegiada de apropriar-se da cultura; a construção da identidade, por meio do estabelecimento de laços sociais e afetivos (FARIA; SALLES, 2003).

Pode-se afirmar que têm ocorrido avanços nos estudos sobre a infância à medida que se destaca esta etapa da vida humana como uma construção social, o que supera as compreensões de caráter inatista, pois se compreende que a aprendizagem se dá na interação social, não estando condicionada pela maturação biológica.

A concepção de infância e de desenvolvimento infantil como construção histórica foi uma das grandes contribuições dos estudos de Vygotsky (2007) que, ao analisar o desenvolvimento humano privilegia a interação social na formação da inteligência e das características essencialmente humanas. Em outras palavras, nos tornamos humanos a partir da interação com outros seres humanos. É, portanto,

A partir de sua inserção num dado contexto cultural, de sua interação com membros de seu grupo e de sua participação em práticas sociais historicamente construídas, que a criança incorpora ativamente as formas de comportamento já consolidadas na experiência humana (REGO, 1995, p. 55).

Os estudos de Vygotsky (2007) indicam que é importante analisar criticamente o contexto social, a fim de compreender com que criança se está trabalhando, quais suas necessidades e como possibilitar que todas as crianças se apropriem dos conteúdos organizados no currículo escolar. Isso significa, por exemplo, que, se vivemos numa sociedade letrada, espera-se que todas as pessoas, na idade socialmente reconhecida como adequada, tenham asseguradas as condições para se apropriar deste conhecimento.

A compreensão da infância como historicamente situada implica que a escola, em seu conjunto, efetive um trabalho articulado e com unidade de propósitos educativos. Estes propósitos orientarão o trabalho desenvolvido pelos professores, portanto devem ser discutidos e compreendidos pelo conjunto dos profissionais da unidade escolar, além de devidamente sistematizados na proposta pedagógica.

A INFÂNCIA NUMA PERSPECTIVA LEGAL

Embora se apresentem ainda grandes desafios para que os direitos sociais da infância materializem-se plenamente, hoje se sabe que o ser humano, antes mesmo do nascimento, tem direitos historicamente conquistados e determinados legalmente. A Constituição de 1988, por exemplo, no art. 208, ao exigir a obrigatoriedade da educação infantil por parte do Estado, indica o reconhecimento da criança como cidadã, como pessoa em processo de desenvolvimento e o seu direito de ser educada. Estes direitos vêm estendendo-se à medida que a sociedade se reorganiza e mobiliza, reivindicando outras ou melhores formas de educar.

Nesse processo e contexto, busca-se também incorporar a essa discussão reflexões para que se reflita que essa medida já era esperada e necessária tendo em vista a emergência das necessidades e também do avanço quanto às questões hoje postas na sociedade contemporânea. Vamos pensar um pouco?

Você lembra que idade tinha quando ingressou na 1ª série do ensino primário, ou 1º grau, ou ensino fundamental? Observe que, dependendo da época histórica em que estudou, até a denominação da organização curricular modifica-se. Como se chamava essa primeira etapa da escolaridade obrigatória no período em que você estudou? Quantos anos de estudo era obrigatório no Brasil na época em que ingressou na escola? Você fez o exame de admissão (cursou a 5ª série)? Ou depois da 4ª série foi matriculada direto numa nova etapa de ensino? Como chamava essa nova etapa? Ginásio? Ou era a continuidade do 1º grau? Ou do ensino fundamental?

É muito interessante pensar nessas questões, pois a partir dessas experiências podem-se avaliar as grandes mudanças e conquistas educacionais da sociedade brasileira nos últimos anos. Observe o quadro abaixo e compare:

Lei 4.024/1961: 4 anos de escolaridade obrigatória. Lei 5.692/1971: 8 anos de escolaridade obrigatória. Lei 9.394/1996: possibilidade de 9 anos de escolaridade obrigatória. Lei 11.274/2006: 9 anos de escolaridade obrigatória, com a inclusão das crianças de 6 anos.

Os fundamentos legais deixam claro que não foi de um momento para outro que essas transformações ocorreram. Também não foi pela vontade de um único legislador ou de um determinado governo que as mudanças se processaram. Não apenas no Brasil, mas em várias partes do mundo, principalmente nos países mais desenvolvidos, a necessidade dessa ampliação foi gerada ao longo de um processo histórico, do qual fizeram parte inúmeros atores sociais preocupados com a educação de qualidade para todos.

A complexidade do mundo contemporâneo e a vida nas sociedades desenvolvidas demandam um sujeito mais bem formado e ampliam o papel da escola obrigatória. A história da Educação aponta que o crescente processo de industrialização, incluindo definitivamente a mulher no mundo de trabalho, trouxe profundas modificações na estrutura familiar e na própria concepção de família. Com isso, tornou-se necessária a adequação da escola a essas mudanças. E após a Segunda Guerra Mundial, verificou-se uma tendência internacional de ampliar a escolaridade obrigatória e incluir as crianças com menos idade no ensino fundamental.

No Brasil, desde o final do século findo, essa questão já fazia parte das discussões de inúmeras entidades de professores, das pautas dos movimentos sociais por melhoria na educação e das discussões em torno dos planos decenais de educação. Em alguns municípios brasileiros as crianças de seis anos são matriculadas no ensino fundamental já há mais de dez anos, seja ampliando essa etapa da educação básica para nove anos, seja mantendo os oito anos de escolaridade obrigatória.

Dados do censo demográfico do IBGE de 2000 demonstram que já naquela época muitas crianças de seis anos cursavam o ensino fundamental. O Censo demográfico de 2000 – IBGE aponta o seguinte dado quanto as crianças de 6 anos: - 81,7% na escola; - 29,6% no ensino fundamental;- 13,6% em classes de alfabetização;- 38,9% em classes de educação infantil.

Nas cidades localizadas em regiões fronteiriças do Brasil, onde é muito comum a transferência de crianças de um município para outro por causa do trabalho dos pais, essa questão trazia problemas, para crianças, famílias e escolas. A questão se agravou ainda mais pelo fato de os países do Mercosul já terem aumentado o período de permanência obrigatória das crianças na escola, com a inclusão das de seis anos no ensino fundamental.

A CRIANÇA E O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Mas o que significa inserir as crianças de seis anos no ensino fundamental, aumentando o tempo de escolaridade obrigatória? Significa que as crianças brasileiras em especial as campo-grandenses terão maiores oportunidades socioculturais de aprender e viver seu tempo de infância, de pré-adolescência e de adolescência. Muitas terão um tempo maior de estudo antes de ingressarem no mundo de trabalho. Será possível ter pessoas com um maior nível de escolaridade, e a população, de maneira geral, terá um tempo maior para consolidar suas aprendizagens.

Nesse sentido, é fundamental a clareza de que colocar as crianças mais cedo na escola não significa antecipar a escolaridade para que elas possam sair mais cedo da escola, mas, sim, ampliar o tempo de estudo e, portanto, dos conhecimentos adquiridos pelos educandos. O desafio é pensar não apenas a criança de 6 anos que ingressa no Ensino Fundamental, mas também no conjunto de alunos de sete, oito, nove e dez anos que integram esse nível de ensino.

Assim, acredita-se que esta inclusão obrigatória das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental é uma oportunidade para se refletir e efetivar uma práxis pedagógica que considere a infância, garantindo a aquisição do conhecimento nas dimensões artística, filosófica e científica, papel pedagógico essencial da instituição escolar, aliada à exploração da ludicidade também na escola de Ensino Fundamental.

A inclusão das crianças de seis anos no Ensino Fundamental suscita inúmeros debates acerca do processo ensino-aprendizagem que, inevitavelmente, vem à tona com diferentes visões sobre este processo por parte de professores e famílias. Um dos aspectos que merece destaque é a organização do trabalho pedagógico e a concepção que o conduzirá. Nesse sentido, é fundamental que os professores tenham clareza acerca da perspectiva teórica adotada e expressa na proposta pedagógica da escola e ainda sobre como conduzir este processo de trabalho, conferindo importância a todas as disciplinas escolares.

A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO ESPAÇO ESCOLAR PARA A CRIANÇA

A disciplina escolar é comumente compreendida como “conjunto de conhecimentos de certo domínio ou área do saber” (SAVIANI, 2008, p. 3).

O que muda, então, para as crianças de seis anos com sua inclusão no ensino fundamental? Quem é essa criança? A denominação criança (ou ainda criança pequena) é empregada para a faixa etária dos 6 anos, em virtude das discussões no campo da educação infantil, que buscaram historicamente garantir a especificidade e identidade da educação destinada às crianças de 0 a 6 anos. Vamos lembrar um pouco? E chegou o dia!

O primeiro dia de escola. Quando cheguei à minha classe, vi um monte de crianças que nunca tinha visto. Você lembra de seu primeiro dia na escola? Quantos anos você tinha? Lembra das pessoas que o/a receberam? Dos cheiros? Dos barulhos? Dos sabores e dos saberes? Lembra do que fez nesse primeiro dia? Chorou? E seus colegas, como reagiram? E a professora, o que propôs para tornar mais leve e prazeroso esse momento? Ao lembrar dessas coisas, certamente você deve estar avaliando o quanto esse ingresso pode ter sido decisivo para a sua relação com a escola e com o conhecimento e para a continuidade de sua escolaridade.

Mesmo muitas crianças tendo frequentado a pré-escola, é sabido que a expectativa em relação ao ingresso no ensino obrigatório é muito diferente. Embora diversas instituições de educação infantil antecipem o trabalho de escolarização, aquele ainda parece ser o espaço da brincadeira, da imaginação e da liberdade. Basta entrar em uma sala de educação infantil e em uma classe de ensino fundamental para sentir a diferença.

A escola de Ensino Fundamental transforma a criança da educação infantil em aluno, enquadrando-a em seus horários, espaços, materiais, ritos, conteúdos, grades, metodologias, atividades, planejamentos e avaliações. Na maioria das vezes, ao ser matriculada no ensino fundamental, a criança se obriga a deixar a infância na porta da escola e “vestir-se” de aluno. Criança representa uma categoria identificada pela idade. Ela vive um momento específico do desenvolvimento humano, no qual aprende a brincar, falar, andar e interagir no meio em que vive. Já a infância é uma categoria social, marcada pelo tempo de ser criança, que varia de acordo com as diferentes culturas, classes sociais e histórias pessoais de cada uma e de cada família.

Nesse sentido, Kuhlmann (2007) defende uma aproximação principalmente das últimas turmas da Educação Infantil com os conceitos que deverão ser trabalhados no Ensino Fundamental. Portanto, é preciso contemplar na organização do trabalho pedagógico, aspectos que garantam a especificidade de cada nível de ensino. No caso da pequena infância, da qual fazem parte as crianças de seis anos, o autor destaca a importância de enfatizar aspectos como: “(...) o afeto, o prazer e o desprazer, a fantasia, o brincar e o movimento, a poesia, as ciências, as artes plásticas e dramáticas, a linguagem, a música e a matemática” (KUHLMANN, 2007, p. 65), que certamente podem fazer-se presentes na constituição das disciplinas que compõem o currículo do Ensino Fundamental, respeitando-se a especificidade de cada disciplina e reforçando a idéia de que todos os conteúdos curriculares são igualmente importantes.

Outros autores que se dedicaram ao estudo da infância nos ensinam que é preciso aprender com as crianças para poder aproximar-se delas, seja com um livro, seja numa relação pedagógica. Passe a observá-las melhor nas brincadeiras ou nas atividades que você propõe; observe-as também nos momentos de recreio, quando chegam à escola e quando saem dela, após o final de semana, depois das férias... Converse com elas, permita que interajam com os colegas, narrando suas

experiências e falando de seu cotidiano em casa e na comunidade. Conte histórias da sua própria vida, de quando você tinha a idade delas, de como era a escola que você frequentou, de como foi a sua experiência escolar.

Parafrasando Lima (1997) as crianças gostam muito de ouvir as histórias de infância dos adultos, relacionando-as com suas próprias. Esse é um momento em que adultos e crianças se encontram, como se vivessem coisas comuns em um mesmo tempo.

Outra boa estratégia para atingir as crianças, e ao mesmo tempo conhecê-las e propiciar-lhes autoconhecimento, é ler histórias que falam de crianças como elas.

Nesse sentido, a escola deve investir na aquisição de livros de histórias para que possa desenvolver nas crianças desta faixa etária o gosto pela leitura, pela escrita com criatividade e autonomia intelectual. Os livros de histórias apresentam ao leitor criança, uma linguagem com desenhos ou ilustrações tipicamente infantis, algumas das problemáticas vividas pelas crianças de seis ou sete anos. Algumas das temáticas abordadas nas histórias e que são fundamentais para o desenvolvimento das crianças são contempladas nas histórias infantis, tais como: Como me separar de meus pais e dormir em outra cama? Como aceitar cortar meus cabelos se eles representam muito do que sou? Como enfrentar os meus medos ao ingressar em um ambiente estranho e "malfalado" por aqueles que o frequentam, como é a escola? Como lidar com as perdas? Como ser criança e feliz apesar de não ter pai nem mãe? Entre outras.

Converse com seus alunos sobre esses e outros dilemas vividos por eles. Proponha que, em grupos, representem, em forma de teatro ou com fantoches, as situações experimentadas por meio da história e vividas por eles.

Para pensar nas crianças de seis anos é preciso, em primeiro lugar, vê-las como integrantes de uma cultura em desenvolvimento. Quando ingressam no ensino fundamental, aos seis anos, as crianças se encontram como, em pleno desenvolvimento físico e motor, construindo sua corporeidade e seus movimentos, formando sua identidade, ao mesmo tempo em que aprendem sobre o mundo e se inserem na cultura. Também, as crianças dessa faixa etária estão construindo sua autonomia, sua independência, estabelecendo laços afetivos e sociais.

As funções mentais, como memória, percepção, imaginação e a função simbólica ainda se encontram em construção. O pensamento verbal e as múltiplas linguagens estão se estruturando. Com tais especificidades, as crianças dessa idade precisam brincar interagir com adultos e outras crianças, explorar e experimentar os objetos do mundo físico social, vivenciar situações em que sua imaginação seja desafiada, imitar e repetir ações por livre iniciativa e, sobretudo, ainda precisam de cuidados básicos, de afetividade e de aconchego (BROUGÈRE, 2002). Aos poucos, à medida que avançam no processo de construção da inteligência e de inserção na cultura, demandam tarefas mais complexas que, progressivamente, vão se tornando capazes de desenvolver. Alguns exemplos: tarefas relacionadas com apropriação e sistematização de conhecimentos de diferentes áreas, as que envolvem confrontos de ponto de vista e de socialização de saberes, situações pedagógicas em que necessitam seguir instruções e fazer previsões.

É importante destacar que essas capacidades são construídas pelas crianças não por terem que amadurecer rapidamente para ingressar no ensino fundamental, ou porque já completaram cinco, seis anos ou sete anos, mas como resultado de um processo no qual os aspectos biológicos e os fatores culturais interagem gradativamente, no tempo e nos espaços sociais em que elas convivem.

Ao buscar cumprir seus objetivos de formalização dos conteúdos e sistematização de conceitos, deslocando-os do plano da ação para o plano do pensamento, o professor dos anos iniciais do ensino fundamental não pode perder de vista que a tomada de

consciência e a explicitação verbal desses aspectos pela criança ainda necessita muito da ação e das diferentes formas de representação. Por isso ainda precisam brincar muito e mediar suas relações com o mundo por meio de múltiplas linguagens. A função da brincadeira no desenvolvimento e, por sua vez, no trabalho pedagógico com a pequena infância é destacada por diferentes autores (OLIVEIRA, 1992; FRIEDMANN, 1996; CRAIDY & KAERCHER, 2001, entre outros). Nesse sentido, é preciso garantir que a criança de seis anos, ao frequentar a escola de Ensino Fundamental, tenha assegurado o seu direito à brincadeira, como se propõe na Educação Infantil.

O ESPAÇO DO LÚDICO NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

Para trabalhar com essas crianças, é preciso conhecê-las e levar em consideração, nas propostas pedagógicas das escolas, as suas formas próprias de aprender, em função das especificidades de seu momento de desenvolvimento/aprendizagem, de suas interações e suas formas de inserção na cultura. Por essas características, o brincar, com o passar do tempo, foi observado também como uma ferramenta de pedagogia, de aprendizado como assevera (KISHIMOTO, 1998) em seus estudos acerca do jogo e da ludicidade na infância.

Nesse sentido, a didática pode se apropriar dos elementos do brincar para tornar o aprendizado mais instigante e desafiador. A brincadeira, embora muito citada nas propostas direcionadas à infância, ainda requer a compreensão e efetivação de sua intencionalidade pedagógica, pois exige do professor, nos momentos de brincadeira livre ou espontânea, um olhar atento de observador, de pesquisador em relação à brincadeira, às atitudes da criança durante o jogo simbólico, aos conceitos que formula, aos valores que expressa.

Desse modo, compreende-se que é possível aliar estes dois aspectos, o brincar espontaneamente e o brincar para aprender determinados conteúdos. Isso significa que as diferentes formas de brincar na escola de ensino fundamental "constituem apenas diferentes modos de ensinar e aprender que, ao incorporarem a ludicidade, podem propiciar novas e interessantes relações e interações entre as crianças e destas com os conhecimentos" (BORBA, 2006, p. 43). Tão importante quanto a compreensão sobre o papel da brincadeira por parte de todos os profissionais que compõem o espaço escolar, é também o cuidado com a recepção destas crianças na escola.

O período inicial de ingresso da criança na escola exige que o grupo de profissionais tenha um planejamento com atividades bem estruturadas e atitudes coerentes e compartilhadas com as famílias, não só nos primeiros dias de aula, mas também no decorrer do ano letivo, contemplando: regras comuns, possibilidades de participação, atenção, receptividade e acolhimento, que são fundamentais para garantir segurança tanto às crianças, quanto aos familiares.

Utilizando os estudos de (ROSA, 1998) podemos afirmar que uma boa socialização das crianças depende da relação escola-família e da recepção realizada por parte dos profissionais da instituição. Portanto, para que se compreenda e efetive os cuidados necessários ao receber crianças pequenas é fundamental que aconteçam momentos de formação para todos os profissionais que compõem o espaço escolar, durante os quais serão delineadas estratégias para lidar com o período de ingresso destas crianças na escola, na particularidade de cada grupo, em virtude de situações, tais

como a separação do seu grupo familiar e do acesso a um espaço diferente daqueles que frequentavam habitualmente.

Nesse sentido, este período requer, portanto, uma adequada compreensão das especificidades da criança, por parte de todos os profissionais da escola, o que deve se estender durante todo o ano letivo. Esses aspectos precisam ser contemplados na organização dos espaços físicos e tempos da escola e ainda no planejamento dos professores. A atenção a esses cuidados contribui, entre outros aspectos, para a construção da autonomia das crianças, para o bom relacionamento entre crianças e adultos e para aprendizagens significativas (LIMA, 1997).

Assim sendo, a questão não é a criança ser inserida no ensino fundamental aos cinco ou seis ou aos sete anos e sim, como será conduzido o trabalho com essa criança na escola. Como a escola preparou o espaço e o tempo de trabalho pedagógico? Como organiza as rotinas diárias? Como estão planejadas as atividades de modo a contemplar as brincadeiras e os jogos, tão necessários para o desenvolvimento emocional, físico e cognitivo das crianças? Como o profissional docente foi preparado para essa ação fundante para o desenvolvimento integral dessa criança?

Mesmo não sendo o objeto central desse texto, discutir o papel do professor nos remete em primeiro lugar a sua principal atividade que é ensinar. O ensino, para Klein (2002, p. 121), designa as "mais diversas situações de exercício e transmissão das produções humanas." Faz parte de um processo mais amplo, a educação, definida na LDB n.o 9394/96 como "os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais". Trata-se do ensino situado no contexto próprio da escola, que exige um profissional com formação específica, o professor (BRASIL, 1996).

A educação, por sua vez, é um dos aspectos da cultura entendida como, "por um lado, a transformação que o homem opera sobre o meio e, por outro, os resultados dessa transformação" (SAVIANI, 1992, p. 40). Transformação que se efetiva pela aprendizagem dos conteúdos e do trabalho humano, uma vez que, pela ação que exerce sobre a natureza, transformando-a, o homem extrapola o meramente natural e cria o mundo da cultura, o mundo humano. Educar, portanto, é aprender para humanizar-se.

Nesse sentido, reside a importância do professor, como o sujeito que possibilita aos estudantes a compreensão de que os conteúdos escolares são resultados do trabalho humano. Trabalho que pode resultar tanto em produtos materiais quanto intelectuais. É a práxis pedagógica, como responsabilidade direta dos professores, que possibilitará aos alunos esta compreensão, por meio de um trabalho que evidencie desde os anos iniciais a relação teórico-prática, portanto, intencional e transformadora, como marca da ação humana.

Ao cumprir a especificidade própria da educação, reafirma-se o compromisso político-pedagógico necessário ao desenvolvimento de um trabalho qualitativo na escola, com todos os alunos (SAVIANI, 1995). Nesse sentido, é papel do professor o domínio acerca dos conteúdos a serem ensinados e da metodologia mais adequada à sua assimilação pelos alunos, o conhecimento sobre as características de desenvolvimento das crianças, a construção de vínculo afetivo fundamentado em teorias do desenvolvimento infantil e na relação de autoridade do professor, a adequada utilização do tempo no planejamento das atividades (visando a assimilação do

conhecimento por parte das crianças), o incentivo à expressão dos alunos em sala de aula e em outras instâncias de participação da escola.

Ao finalizar este estudo, espera-se contribuir para reflexões acerca da criança pequena no Ensino Fundamental de nove anos e do papel da escola e do profissional que recebe as crianças de seis anos. É com este intuito, o de contribuir com as discussões da escola sobre estas e outras grandes questões que norteiam o trabalho pedagógico, como: qual a função social da escola, o homem que se pretende formar e para que sociedade, partindo de questões não menos importantes, como: o que, como, quando e para quem ensinar, que convidamos a todos os educadores, principalmente, aqueles que lidam com essa faixa etária de crianças para que façam parte do grupo de educadores que acreditam que a criança pode aprender e ser alfabetizada sem perder sua essência e sentimento de ser criança e sem perder e esquecer seu tempo de infância.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BORBA, A. M. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Ensino Fundamental de 9 anos**: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade. 2. ed. Brasília, MEC/SEB, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996>>. Acesso em: 25 set. 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos**: orientações gerais. Brasília: MEC/SEB, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação básica. **Ensino Fundamental de 9 anos**: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade. 2. ed. Brasília, DF: MEC/SEB, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação básica. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Resolução CEB n. 1**, de 7 de abril de 1999. Brasília, DF: MEC/SEB, 1999.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. **Parecer CEB n. 4/98**, 27 de março de 1998. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 1998.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Consulta sobre situações relativas a matrícula de crianças de seis anos no ensino fundamental. MIEIB. **Parecer n. 39/2006**. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2006.

BROUGÈRE, G. A criança e a cultura lúdica. In: KISHIMOTO, T. M. (Org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

CRAIDY, C.; KAERCHER, G. (Org.). **Educação infantil**: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

FARIA, V.; SALLES, F. A linguagem escrita nas propostas pedagógicas da educação Infantil. **Revista do professor**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, v. 11, dez. 2003.

FRIEDMANN, A. **Brincar**: crescer e aprender: o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo**

demográfico do ano 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2010.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1998.

KLEIN, L. R. **Alfabetização**: quem tem medo de ensinar? São Paulo: Cortez; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2002.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é Fundamental. **Educação e sociedade**. Campinas, v. 27, n. 96, p. 797-818, out. 2006. Edição especial.

KUHLMANN JUNIOR, M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LIMA, E. S. **Desenvolvimento e aprendizagem na escola**: aspectos culturais, neurológicos e psicológicos. São Paulo: GEDH, 1997.

OLIVEIRA, Z. de M. et al. **Creches**: crianças, faz de conta & Cia. Petrópolis: Vozes, 1992.

REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995 p.37-83.

ROSA, S. S. **Brincar, conhecer, ensinar**. São Paulo: Cortez, 1998.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. 2. ed. rev. e amp. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1995.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

O BALÃO branco. Direção: Jafar Panahi. Produção: Kurosh Mazkouri, Foad Nour Irã: Ferdos Films, 1995. 1 DVD (85 min), widescreen, color.

CRIANÇAS invisíveis. Direção: Kátia Lund, et al. Produção: Maria Grazia Cucinotta, Chiara Tilesi e Stefano Veneruso. Itália: Rai Cinemafiction; MK Film Productions Srl, 2005. 1 DVD (116 min)), widescreen, color.

A INVENÇÃO da infância. 2000. Direção: Liliana Sulzbach. 1 vídeo filme (26 min). Disponível em: <http://educa-tube.blogspot.com/2009/05/invencao-da-infancia.html>. Acesso em: 25 set. 2010.